

Apresentação

Transcorridas mais de três décadas desde que eclodiu no Brasil um dos movimentos de rua mais expressivos da história deste país, a campanha “Diretas-Já”, cuja foto ilustra a capa deste número de Cadernos de Pesquisa do CDHIS, não por acaso, a Revista torna público um dossiê cujos artigos revisitam temáticas bastante apropriadas para se refletir, neste momento, sobre “a política e os (des) caminhos da democracia no Brasil”. Nas recentes manifestações públicas, que tiveram lugar em vários pontos do País, ao longo do ano de 2013, as diferentes bandeiras, empunhadas por pessoas com perfis tão diferenciados, reforçam ainda mais a premissa de Hannah Arendt de que a política pressupõe a pluralidade e a convivência entre os diferentes. Nesse sentido, a dubiedade proposital do título deste dossiê indica a disposição dos editores desta revista de acolher neste número artigos que, por diferentes ângulos, abordam as conexões e os paradoxos existentes entre as diversas formas de se fazer política e as facilidades e/ou dificuldades enfrentadas para a construção da democracia no Brasil. No epicentro desse debate situa-se, portanto, a tensão existente entre as forças sociais e políticas que atuam no sentido de consolidar uma sociedade efetivamente democrática no país e aquelas que, direta ou indiretamente, dificultam ou impedem a concretização desse objetivo.

O artigo que abre o dossiê, intitulado “Os sentidos da política: a vida ainda pulsa?” de autoria de Lucia Elena Pereira Franco Brito (PPGHI – UFU), contém análises que partem das imagens das ruas tomadas por multidões, nos protestos que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho, no ano de 2013. Tais movimentos provocaram acalorados debates, não apenas porque surpreenderam, ao emergirem em um cenário histórico dominado pela apatia e desengajamento político, mas também, porque se fizeram acompanhar de um discurso de descrédito em relação aos partidos e sindicatos, aos políticos profissionais e à política em geral. Este momento vivo e pulsante torna relevante a problematização dos sentidos da política no tempo presente. Em seu percurso analítico, a autora propicia perceber que, no horizonte das transformações sociais mais recentes – quando a presença ostensiva das tecnologias digitais configura novas relações entre as forças políticas tradicionais e as insatisfações populares, mas, ao mesmo tempo, dificulta o estabelecimento de vínculos sociais mais sólidos ou duradouros –, proliferam mecanismos de poder que minam a inventividade popular e anulam a política como espaço da pluralidade, da diferença e do convívio com o outro. Alerta, então, sobre a necessidade do empenho para se desconstruir a imposição de modelos de subjetividades circunscritas ao *eu* e para se repensar a vida urbana como espaço público de coexistência – lugar de acolhimento dos conflitos e do convívio politizado.

Na sequência, Ângela Pereira da Silva Oliveira (PPGHI- UFU), apresenta artigo dos mais interessantes e inovadores sobre a “implantação” da República no Brasil, utilizando abordagem interdisciplinar entre História, Direito e Literatura. A partir da obra “Os sertões”, de Euclides da Cunha, discute ideias que fazem deslocamentos que considera necessários das temáticas históricas para o eixo da democracia, apesar das dificuldades que isso possa apresentar no contexto da República Velha. Isto representa uma revitalização do estudo do político, sob novos parâmetros metodológicos e epistemológicos, buscando superar as deficiências dos conservadorismos e determinismos. Discute elementos conceituais de Paul Ricoeur relacionados à memória e ao esquecimento, na busca de novas possibilidades investigativas dentro da história política e das reflexões sobre cultura pública e democracia, a partir de práticas e representações sociais. Aborda, ainda, alguns argumentos de Maria Célia Paoli relativos ao esvaziamento dos espaços públicos e destaca como a leitura de “Os sertões” deixa transparecer a existência de uma noção articulada de temas políticos, principalmente, os relacionados ao poder, forma de governo e administração da justiça; mas que prenunciam um novo direito, o qual considera acima de tudo o sujeito de direitos.

Antonio de Almeida (Instituto de História e PPGHI - UFU), em seu artigo intitulado “Da revolução socialista à gestão do estado capitalista: os caminhos da esquerda brasileira perseguida pela ditadura civil-militar”, objetiva compreender até que ponto as experiências vivenciadas na clandestinidade e no exílio pela esquerda brasileira, perseguida pela ditadura durante mais de duas décadas de vigência do regime de exceção, influenciaram suas opções na definição dos caminhos para reinserção na sociedade brasileira, após a abertura política, e no engajamento em projetos para o Brasil, construídos a partir desse período. A problemática levantada pelo autor procura compreender, também, se as mudanças, quando ocorreram, significaram rupturas com as antigas propostas de emancipação dos trabalhadores, se expressaram ou não amadurecimento político, e se suscitaram releituras em termos de concepções, possibilitando novos horizontes de ação para alcançar tais objetivos.

Para fechar o dossiê, Leandro de Aquino Mendes (PPGHI – UFU), no artigo “O partido dos trabalhadores e o catolicismo progressista na reconstrução da democracia brasileira nos anos 1980”, como o próprio título sugere, revisita a clássica discussão sobre a relação entre religião e política, focando duas frentes de ação de expressiva importância para a história recente do Brasil: o Partido dos Trabalhadores e os movimentos populares desenvolvidos pela ala progressista da Igreja Católica. Ao abordar os diferentes fatores que contribuíram para a criação do Partido dos Trabalhadores, o autor dá ênfase aos vínculos estabelecidos com os movimentos sindicais e populares; reflete sobre a singularidade do conteúdo programático do PT, que, ao mesmo tempo, marca as suas divergências com os partidos conservadores e se distancia das correntes políticas da esquerda clássica; destaca as formas organizativas que

valorizam a participação direta dos seus filiados nos processos decisórios, instituindo os chamados núcleos de base, e chama a atenção para as conexões existentes entre a ética política defendida pelos petistas e a ética religiosa praticada nos movimentos populares da Igreja Católica. Para o autor, seja por motivos religiosos, para alguns, ou, políticos, para outros, o fato é que essas bandeiras, acrescidas dos ideais de igualdade e justiça social, comuns aos integrantes dessas duas frentes de ação, ajudam a compreender essa plena sintonia entre petistas e católicos progressistas, ao menos no início da década de 1980, período em que esses sonhos foram acalentados por muitos brasileiros.

Os artigos livres, que também compõem este número da revista, abordam temáticas diversas. Fernanda Fioravante (PPGHI – UFRRJ) discute as relações anuais de despesa das câmaras de Vila Rica e Vila de São João del Rei ao longo da primeira metade do século XVIII. A partir dessa análise, a autora destaca como funcionava a gestão do orçamento desse órgão, bem como a importância que tinha para a manutenção da governabilidade.

No artigo de Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Mônica Chaves Abdala, os autores dão destaque para um costume alimentar bastante comum na cidade de Uberlândia-MG: a comida de rua. Comer fora de casa é uma prática recorrente na história do Brasil, que remonta ao período colonial e vai até os dias atuais. Talvez, por isso mesmo, nas mais diversas localidades e períodos históricos, a comida de rua foi e continua sendo uma importante fonte de renda para classes e grupos sociais marginalizados. Para além desse aspecto econômico, entretanto, é preciso atentar para o fato de que esse tipo comércio informal também tem favorecido o estreitamento dos elos sociais, promovendo o encontro das pessoas nos centros urbanos. Visualizando nessa prática um diálogo entre o tradicional e o moderno, com vínculos estabelecidos entre o local e o global, os autores, por meio de entrevistas com pessoas que sobrevivem do comércio de comida de rua, apontam como alguns indícios históricos e sociais possibilitam enxergar esse tipo de atividade como um efetivo espaço de construção de sociabilidades.

Realizando uma discussão sobre os usos do passado, Andrey Lopes Souza (PPGHI-UFU) e Márcia Pereira da Silva Pereira Silva (PPGH- UNESP, Franca), em "Usos e abusos do passado: ethos dos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 nas propagandas televisivas do Programa Universidade Para Todos", abordam como as propagandas do PROUNI realizam uma apropriação dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 70. Os autores defendem a ideia de que a propaganda oficial do PROUNI exemplifica uma forma de apropriação de um passado recente, em benefício do grupo no comando do Estado brasileiro na atualidade. Dessa forma, o artigo aponta como a propaganda permite várias leituras enquanto objeto da história política.

O volume conta também com uma análise de fonte, realizada por Estevão Luz. Trata-se de um conjunto documental constituído por correspondências transcritas do acervo do *Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência* (Casa do Pilar), em Ouro Preto. Os documentos aqui transcritos demonstram aspectos da vida social, cultural e política, especialmente relativos à província de Minas Gerais, no século XIX.

Por fim, a revista traz, ainda, a resenha de Paulo Martinez sobre o livro de José Morais Arnaud, *Memória e intervenção: 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*.

Boa leitura.

Antônio de Almeida

João Marcos Alem

Organizadores